

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTOS – CMDCA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2025

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco (02/10/2025), realizou-se a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos, nas dependências do Auditório do 5º andar do Paço Municipal, Praça Mauá, s/n, Centro/Santos. A sessão teve início às 09:14, em primeira chamada. A Assembleia foi conduzida pela Senhora Presidente e secretariada pelo(a) Secretário(a) Executivo(a), contando com a presença dos Conselheiros e demais participantes, cujas presenças foram devidamente registradas em lista anexa. Em cumprimento à convocação, foi discutida a seguinte Ordem do Dia:

PAUTA:

1. Apreciação e deliberação da ata da Assembleia anterior.

O Conselheiro Vinícius informou que as quatro (4) Atas referentes aos meses de junho, julho, agosto e setembro haviam sido encaminhadas sem o tempo hábil necessário para a devida apreciação e leitura dos Conselheiros. Desta forma, foi deliberado, por unanimidade, que a apreciação e deliberação das referidas Atas seriam postergadas para a próxima Assembleia Geral Ordinária.

2. Relatos da Diretoria Executiva.

A Senhora Presidente iniciou seus relatos, informando que a Diretoria Executiva do CMDCA foi convidada para uma reunião sobre Justiça Restaurativa no Espaço Games e que o comparecimento estava agendado para o dia 16 de outubro, com o objetivo de conhecer o propósito e escopo do encontro. A Presidente enfatizou o momento crítico na execução do evento "Destinação Criança", destacando os entraves burocráticos e legais impostos pela Procuradoria Jurídica (Projur) do Município, que dificultavam a utilização de recursos do Fundo Municipal (FMDCA) e a contratação de serviços essenciais. Manifestou, ainda, preocupação com o esvaziamento das Comissões e a baixa frequência dos Conselheiros da sociedade

civil e de algumas Secretarias do Governo nas atividades do Conselho. Informou, ainda, sobre:

- **Justiça Restaurativa:** Foi informado que a Diretoria do CMDCA recebeu convite para uma reunião da Justiça Restaurativa no Espaço Games. A Diretoria se fará presente no dia 16 de outubro para conhecer o espaço e o propósito da convocação.
- **Evento "Destinação Criança" e Obstáculos Burocráticos:** A Presidente relatou um cenário crítico em relação à execução do evento. A principal dificuldade reside na contratação e utilização de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) devido a entraves legais e burocráticos do Município (Procuradoria Jurídica - Projur).
- **Contratações e Leilão:** Foi relatado o insucesso na contratação da empresa organizadora do evento via leilão, que foi vencido por um proponente de outro município que declarou não ter disponibilidade para reuniões presenciais, o que inviabiliza o alinhamento de entradas e logística com as entidades.
- **Atuação e Frequência dos Conselheiros:** A Presidente manifestou preocupação com o esvaziamento das Comissões e a baixa frequência dos Conselheiros da sociedade civil e de algumas Secretarias do Governo nas atividades. Ela ressaltou o empenho dos funcionários da Casa, incluindo o servidor Marcos, no acompanhamento dos processos junto à Projur e na condução das atividades.

3. Evento Destinação Criança.

O item gerou um debate extenso e aprofundado, concentrado nas dificuldades operacionais e na necessidade de posicionamento político do Conselho.

- **Dificuldade de Transporte e Execução:** O Conselheiro Marcos reforçou a inviabilidade de transporte para as entidades, essencial para o deslocamento das crianças e de seus equipamentos, mencionando as dificuldades jurídicas impostas pelo Município.

• Manifestações dos Conselheiros:

- A Conselheira Thaís (Conselheira Tutelar) classificou a situação como um desrespeito às crianças e aos doadores do Fundo, criticando a desarticulação intersetorial e a ausência de política efetiva. Sugeriu a utilização da função fiscalizatória do Conselho e o encaminhamento do caso ao Ministério Público.
- A Conselheira Suzete manifestou-se a favor de uma atuação conjunta do Conselho para a resolução das questões, defendendo a busca por soluções no âmbito do Executivo e a cobrança pelo cumprimento das obrigações legais.
- Outras intervenções ocorreram pelos Conselheiros Sandra, Thaís Pollydoro, Wilson, Letícia, Claudia, Denise e o Vice-Presidente, que debateram as possíveis saídas para os obstáculos logísticos e a manutenção do cronograma do evento.
- **Deliberação sobre Data e Local:** Foi debatida a possibilidade de alteração da data do evento. Embora a Conselheira Thaís Pollydoro tenha manifestado sua discordância, foi registrado que outras entidades concordaram com a alteração. A Conselheira Thaís (Conselheira Tutelar) sugeriu que a apresentação do evento fosse realizada na Praça Mauá.
- **Criação de Grupo de Trabalho:** Após discussões, foi deliberada e instituída a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para a organização do evento, composto pelos Conselheiros e representantes: Claudia, Suzete, Thaís (Conselheira Tutelar), Alexandra, Denise, Concidadania, Sandra e Giovana (SEMES).

4. Indicação de representante da sociedade civil para a suplência do COMAD.

O tema foi brevemente discutido, com a Conselheira Suzete fornecendo informes sobre o andamento do processo. Não houve deliberação final ou nomeação formal nesta Assembleia.

5. Deliberação acerca da revalidação do registro no CMDCA do "Lar Veneranda".

Não houve deliberação ou discussão específica sobre este ponto de pauta na Assembleia.

6. Apreciação e deliberação acerca da Resolução Normativa que versa sobre a utilização das "redes sociais" do CMDCA e suas respectivas Comissões.

A Resolução Normativa foi apresentada e debatida após as manifestações do Conselheiro Marcos e da Presidente. A proposta foi aprovada por maioria dos presentes.

7. Edital de vacâncias CMDCA.

A Presidente informou sobre a abertura do processo de vacância para suplência no CMDCA, visando o preenchimento de duas suplências de organizações da sociedade civil que perderam o assento. Foi explicitado que as organizações interessadas devem encaminhar a documentação para inscrição, e que, em caso de mais de duas candidatas, será realizada votação, caso contrário, as duas organizações tomarão posse na próxima AGO. No âmbito do Governo, foi solicitado o pedido de alteração de representantes de duas Secretarias por baixa frequência, com a indicação de novos nomes já em processo.

8. Relatos das Comissões - CEVISS e CM-PETI.

O Conselheiro Marcos apresentou informes sobre a Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, e disse que haveria uma agenda com o chefe de gabinete do prefeito, para campanha, que terá abordagem também na época de finados, sobre os trabalhos por menores nos cemitérios. (CM-PETI). Não houve relatos específicos da CEVISS.

9. Relatos dos Conselhos e Comitês.

A Conselheira Thaís (Conselho Tutelar Zona Leste) trouxe relatos e demandas da sua regional. A Conselheira Claudia complementou com informes sobre o andamento dos trabalhos de outros Comitês e Comissões.

10. Relatos das Câmaras Setoriais.

Não houve relatos específicos das Câmaras Setoriais, devido desmobilização enfrentada pelo conselho.

11. Assuntos Gerais.

- A Presidente reforçou que o problema não reside nas entidades participantes, que estão empenhadas e com as crianças.
- A Conselheira Suzete destacou a necessidade de obter informações de forma clara, lamentando que as reuniões terminem sem as deliberações devidas.
- Câmara Financeira e Plano de Aplicação: A discussão foi iniciada pela Conselheira Thaís Pollydoro, que colocou em pauta o Plano de Aplicação dos Recursos do FMDCA, a ser deliberado em AGO futura. O tema foi discutido pelos Conselheiros Wilson, Thaís (Conselheira Tutelar), Thaís Pollydoro, Claudia e Suzete.
- Mutirão de Organização: A Conselheira Thaís Pollydoro propôs destinar um espaço na próxima reunião para discutir a organização de um mutirão de apoio aos trabalhos.
- Outros Informes: A Presidente informou o planejamento para a abertura de um edital para uma organização no ano seguinte. A Conselheira Claudia realizou a intervenção final em Assuntos Gerais.

Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às 12h13. Eu, Vinícius de Oliveira Ribeiro, primeiro secretário, lavrei a presente ata, que será lida, aprovada e assinada por mim e pela Presidente do CMDCA.

Fernanda Souza
Presidente do CMDCA/Santos

Vinícius de Oliveira Ribeiro
Secretário